



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 15 de janeiro de 2026.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 976/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o(a) **RECORRENTE** solicitou inicialmente:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 976/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 23/11/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 22/12/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Com fundamento na Lei nº 12.527/2011, solicito informações sobre a transparência remuneratória dos empregados públicos da SANASA. Solicitação: Disponibilização da relação completa dos empregados ativos, contendo: nome completo, matrícula, cargo, unidade de lotação. Solicito também que a SANASA passe a publicar a folha de pagamento com nome + matrícula + cargo + remuneração bruta, conforme decisões vinculantes dos órgãos de controle. O STF, no ARE 652.777/SP (Tema 483), reconheceu ser legítima e constitucional a divulgação nominal da remuneração de agentes públicos. O STJ, no REsp 1.440.654/S confirmou que tal divulgação não gera dano moral e atende ao princípio da transparência. O TCU, nos Acórdãos 728/2019, 1338/2022 e em decisão de fevereiro/2024, determinou que todas as estatais, inclusive municipais, deve publicar remuneração nominal e individualizada, abrangendo todas as parcelas remuneratórias. A Lei nº 12.527/2011 (art. 1º, §1º) inclui empresas públicas no regime integral de transparência. Atualmente, a SANASA divulga apenas matrículas, mantém o menu "remuneração individual" indisponível e não oferece lista nominal que permita cruzamento das informações — o que viola os arts. 3º, II, e 8º da LAI, além da jurisprudência citada e dos próprios valores institucionais da empresa. Questionamentos: (1) A SANASA reconhece seu enquadramento nas decisões do STF, STJ e TCU sobre divulgação nominal da remuneração? (2) Qual o motivo da ausência de nomes completos na folha de pagamento atualmente publicada? (3) Há previsão para correção do Portal da Transparência e restabelecimento do menu "remuneração individual"? (4) Existe documento interno que justifique o uso exclusivo de matrícula sem o nome? E caso afirmativo, solicito cópia. (5) A SANASA publicará a lista nominal dos empregados para permitir o cr			

Anexa à solicitação, encontra-se *print* da página no Portal da **SANASA indisponível para consulta**.

A **Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A – SANASA Campinas** ofereceu a seguinte resposta:

Prezado Senhor,

Em atenção à solicitação protocolada através do Sistema de Informação ao Cidadão e-SIC, sob nº 976/2025, acerca dos dados relacionados a gestão salarial de empregados da SANASA, vimos pelo presente, esclarecer que de acordo com a Lei de Acesso à Informação, artigo 11, §1º, III, o procedimento é para acessar uma informação preexistente, ou seja, o interessado não tem a prerrogativa de demandar a produção de todo e qualquer dado, uma vez que a lei autoriza a instituição pública a comunicar que não possui determinada informação.

O que se pretende dizer, é que a Lei não impõe aos Órgãos Públicos a obrigação de criar, compilar, tratar ou elaborar informações novas a partir de dados brutos que não existam em um formato específico. Nesse sentido, o referido pleito exige um trabalho complexo, que vai além da simples extração de dados existentes, sendo que o dever é dar acesso ao que já está registrado e disponível.

Sendo o que nos apresenta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e alteado apreço.

Insatisfeito(a), o(a) **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 976/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 04/01/2026	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 09/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação RECURSO ADMINISTRATIVO – LEI Nº 12.527/2011 (LAI). Processo SANASA nº: 2025.0000045973-34. E-SIC nº: 976/2025. Ao(à) Responsável pela Autoridade Hierarquicamei Superior. Nos termos do art. 15 da Lei nº 12.527/2011, apresento RECURSO ADMINISTRATIVO em face da resposta encaminhada pela SANASA, pelos fundamentos a seguir. 1. I objeto do pedido. O pedido formulado não trata da criação, compilação ou elaboração de informação nova, mas sim do acesso e da divulgação adequada de informação já existente, qual seja: nome completo dos empregados públicos, vinculados às respectivas matrículas, cargos, lotações e remunerações, informações que inequivocamente consta dos sistemas internos de gestão de pessoal e folha de pagamento da SANASA. Trata-se, portanto, de informação primária, íntegra e atualizada, nos termos do art. 7º, IV, da LAI 2. Da inadequação da justificativa apresentada. A resposta limita-se a afirmar que o atendimento ao pedido demandaria "trabalho complexo" e que a LAI não obriga a criação de informação nova. Tal justificativa não encontra amparo na Lei nº 12.527/2011, pois: o pedido não exige criação de dados, apenas a publicação completa e transparente de informações já existentes; a LAI não prevê "complexidade operacional" como hipótese de negativa de acesso; o art. 11 da LAI é taxativo ao prever apenas três possibilidades: concessão do acesso, negativa fundamentada em razão de fato ou de direito, ou informação de inexistência do dado — nenhuma delas aplicada ao caso. Além disso, a SANASA não respondeu objetivamente: (1) por que não publica a relação remuneratória com o nome completo dos empregados, (2) nem por que adota padrão diverso daquele já utilizado pela Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que divulga nominalmente a remuneração de mais de 16 mil servidores, atendendo plenamente ao princípio da transparência. 3. D obrigatoriedade da divulgação nominal. O Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento com repercussão geral (ARE 652.777/SP – Tema 483), firmou entendimento vinculant no sentido de que: "É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos brutos e de outras vantagens pecuniárias.". O STF reconheceu expressamente que: não há inconstitucionalidade, não há violação à intimidade ou à vida privada, nã decorre dano moral indenizável da divulgação. O entendimento foi reafirmado pelo Superior Tribunal de Justiça, no REsp nº 1.440.654/SP, que consolidou a litude da divulgaçã nominal da remuneração como expressão do princípio da publicidade. Assim, a ausência do nome completo na divulgação da remuneração contraria frontalmente a jurisprudênci pacificada dos tribunais superiores. 4. Da transparência pública e do controle social A divulgação apenas por número de matrícula, sem qualquer meio de identificação do agente público, esvazia o controle social, afrontando: art. 3º, II e V, da LAI (publicidade como regra e fomento ao controle social); art. 8º da LAI, que exige divulgação clara, compreensível e acessível ao cidadão. Transparência que não permite identificar quem recebe recursos públicos não é transparência efetiva, mas meramente formal. 5. Do pedid Diante do exposto, requer-se: (1) o reconhecimento de que o pedido trata de informação já existente, não configurando criação de dado novo; (2) revisão da resposta apresentada, com o fornecimento das informações solicitadas; (3) manifestação expressa da SANASA quanto aos motivos pelos quais não publica a relação remuneratória com nome completo, em desconformidade com a jurisprudência do STF e STJ; (4) o atendimento ao pedido pela via administrativa, em observância aos princípios da publicidade, transparência e eficiência. Ressalta-se que o presente recurso representa tentativa de solução administrativa, antes do encaminhamento da matéria aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e o MP-SP.			

A **SANASA** asseverou, em **resposta de 1ª instância**:

Ofício PP – 0007/2026

Ref.: Processo SANASA.2025.0000045973-34
e-SIC nº 976/2025

Prezado Senhor,

Em atenção ao Recurso Administrativo protocolada através do Sistema de Informação ao Cidadão e-SIC, sob nº 976/2025, acerca dos dados relacionados a gestão de empregados da SANASA, vimos pelo presente, reiterar as informações prestadas em sede do Ofício PP 0226/2025, no sentido de que os dados produzidos por esta Sociedade estão disponíveis em nosso sítio eletrônico.

Outrossim, verifica-se no sítio eletrônico da SANASA, dentro do Portal da Transparência, a existência da "aba" Remuneração Individual, por meio da qual as informações individuais e nominais de remuneração de membro ou servidor mencionadas na Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011, sobretudo o artigo 6º, III, artigo 31, 2º, serão automaticamente disponibilizadas mediante prévia identificação do interessado, a fim de se garantir a segurança e a vedação ao anonimato, nos termos do artigo 5º, caput e inciso IV, da Constituição Federal, sendo vedado o compartilhamento ou divulgação, sob as penas da lei

Sendo o que nos apresenta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e alteado apreço.

Irresignado(a), o(a) **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância** nas seguintes linhas:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 976/2025	Tipo Solicitação Recurso Segunda Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Aberto	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 09/01/2026	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em Não Recebido	Prorrogação Não Prorrogado
Solicitação Venho, respeitosamente, interpor recurso administrativo em segunda instância, nos termos dos arts. 30 e 31 do Decreto Municipal nº 22.170/2022, conforme razões expostas em documento em anexo.			

Anexas as razões recursais:

OFÍCIO – RECURSO ADMINISTRATIVO (2ª INSTÂNCIA)

Pedido e-SIC nº 976/2025

Vem, respeitosamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO EM SEGUNDA INSTÂNCIA**, nos termos dos arts. 30 e 31 do Decreto Municipal nº 22.170/2022, em face da decisão que manteve o indeferimento do Pedido de Acesso à Informação nº 976/2025, referente à transparência remuneratória dos empregados públicos da SANASA Campinas.

O pedido original trata de informação pública existente, não sigilosa e de inequívoco interesse coletivo, consistente na disponibilização da relação nominal dos empregados públicos ativos, contendo nome completo e respectiva matrícula funcional, informação mínima e indispensável para viabilizar o efetivo controle social sobre a remuneração individual já disponibilizada de forma incompleta no portal da entidade.

A decisão recorrida sustenta a existência de ferramenta de consulta de "remuneração individual", condicionada à inserção do nome do empregado, contudo deixa de enfrentar a questão central: a SANASA não publica, em transparência ativa, a relação de nomes completos de seus empregados públicos, o que inviabiliza, na prática, a utilização da própria ferramenta que afirma disponibilizar. Exigir do cidadão informação que o próprio órgão se recusa a divulgar configura falha objetiva de transparência e afronta aos princípios da publicidade, razoabilidade, eficiência e transparência ativa previstos na Lei nº 12.527/2011.

Registre-se que a própria existência de sistema de busca nominal evidencia que a SANASA detém base de dados organizada com os nomes completos de seus empregados, inexistindo qualquer impedimento técnico ou operacional para sua divulgação. Trata-se, portanto, de opção administrativa restritiva, sem amparo legal.

A informação requerida não se enquadra em qualquer hipótese legal de sigilo, não constitui dado pessoal sensível e encontra respaldo expresso na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (ARE 652.777/SP – Tema 483) e do Superior Tribunal de Justiça, que reconhecem a legitimidade e obrigatoriedade da divulgação nominal da remuneração de agentes públicos em sítio eletrônico oficial.

Destaca-se, ainda, que todos os órgãos da Administração Direta do Município de Campinas e as demais entidades da Administração Indireta municipal adotam como prática consolidada a divulgação das remunerações individuais com identificação nominal e matrícula funcional, o que reforça a razoabilidade, viabilidade e legalidade da medida pleiteada.

Diante do exposto, requer-se o conhecimento e provimento do presente recurso, com a consequente disponibilização da relação nominal dos empregados públicos da SANASA, contendo nome completo e matrícula funcional, ou, alternativamente, a publicação dessas informações em transparência ativa no sítio eletrônico oficial da entidade. Requer-se, ainda, que eventual decisão denegatória seja devidamente fundamentada, com indicação expressa do dispositivo legal que impediria a divulgação.

Termos em que,
Pede deferimento.

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 105.155/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO COMPORTA PARCIAL ACOLHIMENTO**.

Isso porque à **solicitação inicial** ("Disponibilização da relação completa dos empregados ativos, contendo: nome completo, matrícula, cargo, unidade de lotação") houve **resposta do órgão competente** ("a Lei não impõe aos Órgãos Públicos a obrigação de criar, compilar, tratar ou elaborar informações novas a partir de dados brutos que não existam em um formato específico. Nesse sentido, o referido pleito exige um trabalho complexo, que vai além da simples extração de dados existentes, sendo que o dever é dar acesso ao que já está registrado e disponível.") e, em **primeira instância, a assertiva** "... verifica-se no sítio eletrônico da SANASA, dentro do Portal da Transparência, a existência da "aba" Remuneração Individual, por meio da qual as informações individuais e nominais de remuneração de membro ou servidor mencionadas na Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011, sobretudo o artigo 6º, III, artigo 31, 2º, sendo automaticamente disponibilizadas mediante prévia identificação do interessado".

Segundo o **Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que dispõe sobre a regulamentação dos pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/138963>, especialmente seu art. 5º, III, **não serão atendidos pedidos de acesso à informação:**

Art. 5º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade;

IV - que contenham pedido de acesso à informação envolvendo mais de 1 (uma) secretaria ou entidade;

V - que configure solicitação de cópia integral ou parcial de documento ou processo administrativo, que possa ser atendida por solicitação de certidão de inteiro ou parcial teor, nos termos do [Decreto Municipal nº 21.799](#), de 25 de novembro de 2021.

§ 1º Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação, obtenção ou tratamento de dados.

O dispositivo guarda semelhança com o **art. 13, inciso III, do Decreto Federal nº 7.724/2012**, que regulamenta a LAI em âmbito federal, a saber:

Art. 13. **Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:**

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. **Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.**

Sobre essa hipótese legal, colacionamos o **Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação** – Brasília 2017, pp. 10/11:

Por sua vez, em relação ao não atendimento do pedido diante da necessidade de trabalhos **adicionais**, duas hipóteses são previstas no art. 13, III, do Decreto nº 7.724/2012:

a) trabalhos **adicionais** de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações;

b) serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

A primeira hipótese está relacionada com a situação em que o órgão ou a entidade pública possui as informações solicitadas, mas elas não estão dispostas nos moldes pretendidos pelo cidadão. Diversos aspectos podem configurar a divergência entre a pretensão do solicitante e a forma como a instituição dispõe da informação. Um exemplo dessa situação é o caso em que o cidadão demanda a organização dos dados em modelo, software ou indicadores não existentes no órgão ou entidade pública.

No segundo caso, pode-se indicar a hipótese em que a resposta ao pedido demande atividades (como a coleta, o agrupamento e a análise de documentos) que não estejam dentre as competências da instituição.

Nas duas hipóteses, o órgão ou a entidade pública deve indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados. Entretanto, caso o órgão recorrido tenha conhecimento de que, dentre as informações sobre as quais o cidadão fará sua pesquisa, existam informações de caráter sigiloso ou protegidas por salvaguardas legais, o cidadão não poderá ter acesso direto a tais informações, podendo pesquisá-las somente após trabalho de análise e triagem que oculte as partes sigilosas.

Na mesma linha, consta em **Cartilha denominada Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal, da Controladoria Geral da União**, 4ª Edição, Revista, Atualizada e Ampliada.

Pedidos que exigem trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade

O dispositivo legal do inciso III do art. 13 do Decreto nº 7.724/12 refere-se a duas situações distintas:

- Pedidos de acesso à informação que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações; e
- Pedidos de acesso à informação que exijam serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação: (...)

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

A primeira hipótese ocorre quando o órgão ou a entidade pública possui as informações solicitadas, mas elas não estão dispostas nos moldes pretendidos pelo cidadão. Diversos aspectos podem configurar a divergência entre a pretensão do solicitante e a forma como a instituição dispõe da informação. Um exemplo dessa situação é o caso em que o cidadão demanda a organização dos dados em modelo, software ou indicadores não existentes no órgão ou entidade pública.

No segundo caso, pode-se indicar a hipótese em que a resposta ao pedido demande atividades (como a coleta, o agrupamento e a análise de documentos) que não estejam dentre as competências da instituição. Dessa maneira, caso a produção da informação demandada pelo cidadão não seja de competência do órgão requerido ou este não a tenha sob sua custódia, o SIC não está obrigado a fornecê-la. No entanto, deverá remeter o pedido de acesso diretamente ao órgão competente, caso tenha conhecimento, para que este produza a resposta, informando o cidadão sobre este procedimento. O prazo para a resposta é reiniciado a partir do reencaminhamento do pedido ao órgão/entidade competente.

Nas duas hipóteses, o órgão ou a entidade pública deve indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados. Entretanto, caso o órgão recorrido tenha conhecimento de que, dentre as informações sobre as quais o cidadão fará sua pesquisa, existam informações de caráter sigiloso ou protegidas por salvaguardas legais, o cidadão não poderá ter acesso direto a tais informações, podendo pesquisá-las somente após trabalho de análise e triagem que oculte as partes sigilosas.



TRABALHOS ADICIONAIS DE ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO OU CONSOLIDAÇÃO DE DADOS/INFORMAÇÕES:

- A informação solicitada não existe no formato especificado pelo requerente;
- A produção da informação é possível;
- Necessidade de tratamento da informação;
- Indicar as razões de fato ou de direito da recusa total ou parcial da demanda, apresentado o nexo entre o pedido e os impactos negativos ao órgão
- Pedidos de acesso à informação que exijam serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade
- Órgão não possui a informação ou ela não é de sua competência;
- Indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha

Parecer sobre acesso à informação para atender ao Despacho Presidencial de 1º de Janeiro de 2023, **da lavra da CGU**, acessível em https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/73916/3/Parecer_Acesso_Informa%C3%A7%C3%A3o_2023.pdf (pp. 64/65) aponta a necessidade de entregar a informação bruta e a não obrigatoriedade de o Estado agregar a informação na forma desejada pelo cidadão, a conferir:

Ao mencionar pedidos que "exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade", o Decreto esclarece, na verdade, os limites do próprio conceito de informação definido pelo inciso I do art. 4º da LAI: "dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". Por meio desse dispositivo (completo em seu sentido pelo parágrafo único do art. 13),

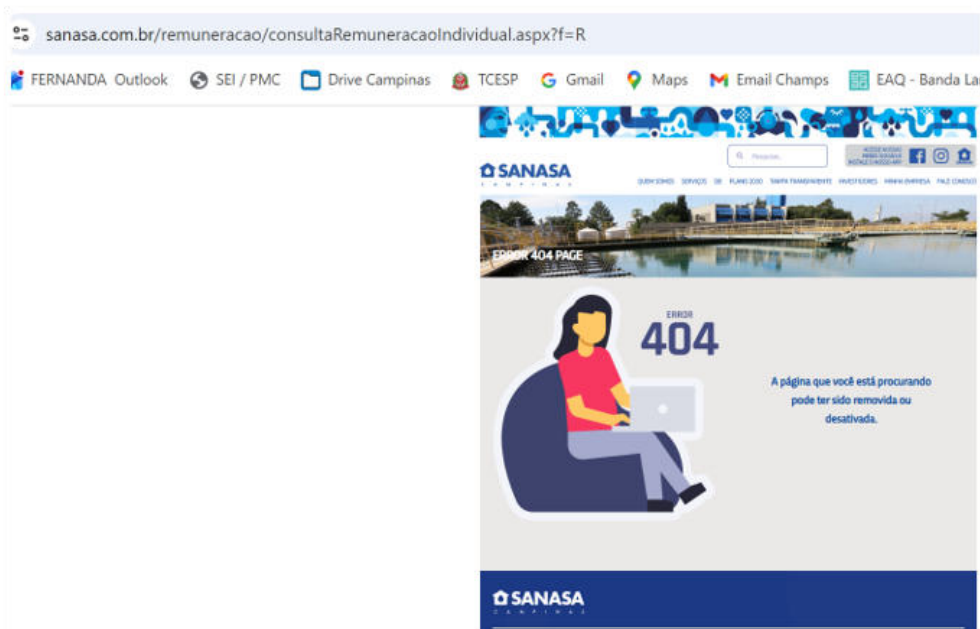
estabelece-se a necessidade de entregar a informação bruta, caso o órgão não a detenha no formato requerido pelo solicitante, ou de indicar, caso a solicitação não esteja inscrita em sua competência, o órgão ou entidade responsável para tanto.

- a. A primeira parte do inciso estabelece que não serão aceitos pedidos que exijam "trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações". Na verdade, apenas detalha um pressuposto lógico do direito que é tutelado pela norma – o direito de acessar informações em formatos "existentes" – ou seja, não há obrigação do Estado de agregar informações da forma como o cidadão deseja.
- b. A segunda parte indica que não serão aceitos pedidos que exijam "serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade". Trata-se de uma impossibilidade fática de se diligenciar no sentido de entregar a informação solicitada, já que esta se situa fora da competência do órgão ou entidade.
- c. É de ser observada a ressalva contida na norma, no sentido de que o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, "indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados", ou, quando não tenha competência de produzir ou tratar os dados solicitados, indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade que possua tal informação.

Vale observar que, consoante a Lei de Acesso à Informação, a **SANASA está desobrigada de produzir a informação nos moldes solicitados, porém nada impede que a sociedade envide esforços para a geração do relatório** nos termos solicitados pelo(a) requerente.

Nesse norte, **compreendendo que as informações solicitadas estão ou deveriam estar disponíveis no Portal da Transparência**, em local indicado pela SANASA, portanto houve, ou deveria ter havido, a entrega da informação bruta, **mas não nos moldes pela RECORRENTE**, e que ela própria poderia realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados, o recurso não mereceria prosperar.

Contudo, em **consulta ao Portal da Transparência**, verificamos no link <https://www.sanasa.com.br/quem-somos/remuneracao/>, Consulta de Remuneração Individual, a **indisponibilidade da informação**, a conferir:



Desse modo, **VOTO PELO DEFERIMENTO PARCIAL DO RECURSO**, de sorte a possibilitar o **envio dos autos à SANASA** para a **disponibilização, ao menos, de link de acesso ao seu sitio eletrônico**, onde afigura existir a **“aba” Remuneração Individual, no Portal da Transparência, por meio da qual as informações individuais e nominais de remuneração** de membro ou servidor mencionadas na Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011, sobretudo o artigo 6º, III, artigo 31, 2º, seriam **“automaticamente disponibilizadas mediante prévia identificação do interessado”**.

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022).^[1]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

^[1] (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Relator(a) da CMJRAI**, em 15/01/2026, às 13:15, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17426999** e o código CRC **AF760F29**.